

HABEAS CORPUS 130.117 DISTRITO FEDERAL

RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
PACTE.(S) : FLÁVIO ROGÉRIO DA SILVA
IMPTE.(S) : GETÚLIO HUMBERTO BARBOSA DE SÁ E
OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO - CPI DO CARF

DECISÃO

HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO. ALTERAÇÃO DO QUADRO FÁTICO-JURÍDICO. PERDA DE OBJETO DA PRESENTE IMPETRAÇÃO. HABEAS CORPUS PREJUDICADO.

Relatório

1. *Habeas corpus*, com requerimento de medida liminar, impetrado por Getúlio Humberto Barbosa de Sá e outros, advogados, em benefício de Flávio Rogério da Silva, contra ato “perpetrado pelo Excelentíssimo Senhor Senador ATAÍDES OLIVEIRA, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais”.

2. Os Impetrantes informam ter sido o Paciente “convocado para reunião da COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS, que será realizada no próximo dia 03/09/15, às 09:00, no Plenário 15, da ala Senador Alexandre Costa, anexo II, do SENADO FEDERAL”, e ressaltam:

“A COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO criada pelo Requerimento de n.º 407 de 2015, do SENADO FEDERAL, foi instituída com a finalidade de “apurar as denúncias de que julgamentos realizados no âmbito do CARF – Conselho

HC 130117 / DF

Administrativo de Recursos Fiscais foram manipulados para, em descompasso com a lei, anular autuações fiscais ou reduzir substancialmente os tributos cobrados”.

Ao longo dos trabalhos da supracitada COMISSÃO, o ora Paciente foi convocado para comparecer à reunião do colegiado a ser realizada no dia 03/09/15, às 09:00, no Plenário 15, da ala Senador Alexandre Costa, anexo II, do SENADO FEDERAL.

A convocação do Paciente está justificada no Requerimento de n.º 119/2015 – CPICARF, vazado nos termos seguintes, in verbis:

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei 1.579/52 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito o senhor FLÁVIO ROGÉRIO DA SILVA, inscrito no CPF/MF sob o n.º 462.382.981-20.

No final do mês de março, o Brasil foi surpreendido com a divulgação de informações relativas à Operação Zelotes, que investiga denúncia de manipulação de julgamentos no âmbito do CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

As suspeitas são de que, por meio de intermediários, conselheiros cobravam propina para anular autuações fiscais ou reduzir substancialmente os tributos devidos à União.

Um dos personagens centrais desse esquema criminoso, segundo as investigações da Operação Zelotes, é José Ricardo da Silva, ex-conselheiro do CARF, participava de forma intensa do esquema criminoso, valendo-se da sua posição e influência naquele Tribunal Administrativo.

Surgiram, ainda, suspeitas de que o irmão de José Ricardo da Silva, o senhor FLÁVIO ROGÉRIO DA SILVA, teria movimentações absolutamente incompatíveis com sua renda declarada, o que podem indicar participação efetiva no esquema criminoso do qual o irmão é parte integrante, fato que exige maior apuração e esclarecimento.

Em face disso, é de fundamental importância para os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito colher o depoimento de FLÁVIO ROGÉRIO DA SILVA, razão pela qual

HC 130117 / DF

solicito o apoio dos meus ilustres pares nesta Comissão Parlamentar de Inquérito para a aprovação deste requerimento.

Como é possível verificar do trecho supratranscrito, a própria COMISSÃO trata o Paciente como Investigado, sendo apontado, inclusive, como um dos personagens centrais do suposto esquema.

Outrossim, importa destacar que, apesar de não recair qualquer condenação sobre o ora Paciente, não havendo sequer que se falar em acusação formal na qual este figure como parte, o supracitado requerimento possui clara natureza decisória, visto que, mesmo antes do início dos seus trabalhos, a Douta COMISSÃO já afirmava, categoricamente, que este estaria incurso nas condutas delituosas por ela suscitadas.

Saliente-se, por oportuno, que foi instaurado o Inquérito Policial de n. 0004/2014-4, consoante Portaria subscrita pelo Delegado de Polícia Federal MARLON OLIVEIRA CAJADO DOS SANTOS, no exercício de suas funções na DIVISÃO DE REPRESSÃO A CRIMES FAZENDÁRIOS DA COORDENAÇÃO GERAL DE POLÍCIA FAZENDÁRIA, na qual é investigada a suposta prática dos delitos previstos nos arts. 317, 333 e 332, todos do Código Penal, art. 2 da Lei de n.º 12.850/2013 e art. 1º, da Lei de n. 9.613/1998, inclusive em relação ao ora Paciente.

O Inquérito foi distribuído à 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal sob o n.º 28042.88.2014.4.01.3400.

Por conseguinte, foi autorizada pelo Juízo Federal da 10ª Vara a realização de diversas medidas cautelares em face dos então Investigados, dentre as quais destaca-se a última delas, consubstanciada na Busca e Apreensão, autuada sob o n.º 7250.79.2015.4.01.3400, e que, assim como as demais, também teve como alvo o ora Paciente e, ao final, culminou com a deflagração da denominada 'Operação Zelotes'.

Em tais condições, não subsiste qualquer dúvida de que o Paciente não figura como testemunha, razão pela qual comparecerá à sessão da COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO na condição de Investigado.

Diante disso, impetra-se o presente HABEAS CORPUS a fim de certificar o direito do ora Paciente de ser tratado como tal e, sendo

HC 130117 / DF

assim, revestir-se das garantias que lhe são constitucionalmente asseguradas”.

Alegam que os

“direitos do Paciente – exercitáveis em quaisquer audiências para as quais seja eventualmente convocado pela COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS – resultam do disposto nos incisos LV e LXIII, ambos do art. 5º, da Constituição Federal, combinados com os §§ 2º e 3º do mesmo dispositivo, bem como das garantias mínimas da pessoa acusada expressas na Convenção Americana de Direitos Humanos: art. 8º, 2, alíneas ‘d’ e ‘g’ (Decreto de n.º 678/92)”.

3. Os Impetrantes invocam doutrina e precedentes deste Supremo Tribunal (*Habeas Corpus* ns. 71.261, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence, DJ 24.6.1994, e 79.244, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence, DJ 24.3.2000; e Mandado de Segurança n. 23.576, Relator o Ministro Celso de Mello, DJ 7.12.1999).

4. Os Impetrantes afirmam preenchidos os pressupostos da liminar, requerendo o deferimento para assegurar-se ao Paciente:

“a) O direito de não ser obrigado a assinar termo de compromisso de dizer a verdade;

b) O direito de permanecer em silêncio;

c) O direito de não se auto incriminar;

d) O direito de ser assistido por advogado e de comunicar-se, livremente e em particular, com o mesmo;

e) A garantia de não ser preso por desobediência ou falso testemunho, por exercitar os direitos acima relacionados.

No ensejo, requer-se seja assegurado aos Advogados Impetrantes o direito de fazerem cessar, imediatamente, a participação do seu constituinte no procedimento de inquirição em epígrafe caso a COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, ora apontada como Autoridade Coatora, venha a desrespeitar as suas prerrogativas

HC 130117 / DF

profissionais ou ainda os direitos e garantias do ora Paciente, sem que se possa adotar contra eles – Advogados e Paciente – qualquer medida restritiva de direitos ou privativa de liberdade”.

No mérito, pedem

“seja CONCEDIDA A ORDEM, determinando-se, por conseguinte, que o Presidente da COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS garanta o respeito aos direitos da Paciente na forma requerida na medida liminar em qualquer sessão para a qual o ora Paciente seja eventualmente convocado”.

5. Em 2.9.2015, deferi parcialmente a liminar requerida, para assegurar ao Paciente, ao ser inquirido pela “Comissão Parlamentar de Inquérito do CARF”: a) o direito de ser assistido por e comunicar-se com seus advogados durante a inquirição, garantido-se-lhes as prerrogativas previstas na Lei n. 8.906/1994; e b) o direito de permanecer em silêncio sobre o conteúdo de perguntas sobre a matéria investigada, de não assinar termos nem firmar compromisso na condição de investigado ou de testemunha em contrariedade àquele direito, garantindo-se contra a autoincriminação (art. 5º, inc. LXIII, da Constituição da República), excluída a possibilidade de ser submetido a qualquer medida privativa de liberdade ou restritiva de direitos pelo exercício dessas prerrogativas constitucionais processuais.

Examinada a matéria posta à apreciação, **DECIDO**.

6. Expedido o salvo-conduto em favor do Paciente, foi satisfeito o requerido na inicial.

Consta do sítio eletrônico do Senado Federal que, em 3.9.2015, o Paciente prestou depoimento na Comissão Parlamentar, tendo sido resguardados os direitos liminarmente deferidos.

HC 130117 / DF

Constata-se, dessa forma, a perda superveniente do objeto deste *habeas corpus*. Confirmam-se as decisões monocráticas proferidas nos *Habeas Corpus* ns. 115.785, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski, DJ 16.8.2013; 128.841, Relatora a Ministra Rosa Weber, DJ 12.8.2015; 129.117, Relator o Ministro Teori Zavascki, DJ 1º.9.2015; e 129.071, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJ 23.9.2015.

7. Pelo exposto, em razão das mudanças no quadro fático-jurídico após a impetração, **julgo prejudicado o presente *habeas corpus*, pela perda superveniente do objeto** (art. 21, inc. IX, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, art. 38 da Lei n. 8.038/90 e art. 659 do Código de Processo Penal).

Publique-se.

Arquive-se.

Brasília, 1º de outubro de 2015.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora